

Projeto em Indaiatuba (SP) é referência nacional

Custeado pela Lei de Incentivo Federal, o Projeto Esporte Cidadão é o maior projeto de esporte educacional do país.



Com a coordenação da Organização Nacional das Entidades do Desporto (ONED) e parceria da Prefeitura de Indaiatuba, o Projeto Esporte Cidadão é o maior programa de esporte educacional do país viabilizado pela Lei de Incentivo ao Esporte, do Ministério do Esporte. Devido à parceria público-privada são oferecidas oito mil vagas para crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, praticarem gratuitamente 23 modalidades esportivas em 19 núcleos distribuídos pela cidade. Mais de 50 Profissionais de Educação Física fazem parte da iniciativa.

O projeto está sendo avaliado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), através de uma cooperação técnica com o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada (Pronut), cujo objetivo é medir o impacto positivo que a prática esportiva regular oferece à saúde. A previsão é que os primeiros resultados sejam divulgados ainda no primeiro semestre deste ano.

De acordo com Humberto Panzetti [CREF 025446-G/SP], Secretário de Esportes de Indaiatuba, presidente da Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL) e Conselheiro do CREF4/SP, o esporte tem a capacidade de transformar uma sociedade. “Queremos usar o esporte como uma ferramenta educacional, utilizando seus valores intrínsecos, como a disciplina, a ética, o respeito e o trabalho em conjunto para auxiliar na formação dos nossos jovens, tornando-os cidadãos de bem, que valorizam a saúde e a qualidade de vida. Para que esse trabalho aconteça, investimos também nos professores do Projeto Esporte Cidadão que contam com o apoio de coordenadores de área e atualmente fazem Curso de Capacitação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)”, explica.

Panzetti conta que sua experiência na Comissão da Lei de Incentivo Fiscal Federal o fez entender a impor-

tância dos incentivos para o esporte. Essa lei permite que empresas deduzam o montante aplicado do total do imposto de renda devido no ano corrente até o limite de 1%. Como membro do Conselho Nacional de Esportes (CNE), que representa os gestores municipais do Esporte de todo o país, e da Comissão que aprova projetos de formação de atletas nos clubes esportivos, Panzetti enxerga a possibilidade dos municípios e seus secretários recorrerem a essa fonte de recurso para a realização de programas de esporte educacional como o Esporte Cidadão em suas cidades.

O secretário também vem sensibilizando os gestores dos municípios sobre a importância da valorização do Profissional de Educação Física. “Tenho chamado a atenção dos secretários municipais sobre a exigência em editais públicos para concursos públicos e registro dos Profissionais junto ao Conselho Regional de Educação Física, buscando a valorização dessa categoria”, declara.

Atualmente, a convite do Ministério do Esporte, Panzetti faz parte do grupo de trabalho responsável por elaborar o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte. Nesse grupo estão os representantes dos principais segmentos do esporte do país, entre eles o presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber [CREF 000002-G/RJ]. O Sistema Nacional do Esporte pretende definir as funções dos governos federal, estadual, municipal, federações, confederações, clubes e entidades privadas para as políticas do setor. “Essas discussões são importantes para o esporte do Brasil. O Projeto Esporte Cidadão é um bom exemplo de que a parceria público-privada pode sim beneficiar nossos jovens e também o esporte. Mas para isso é necessário que os gestores conheçam a Lei de Incentivo e a sua aplicação”, conclui Panzetti.